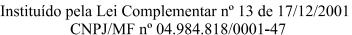


## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI





ATA Nº 256 DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP - GESTÃO 2021/2022 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um (26/05/2021) às 14h00 (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do IPI, os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência da Conselheira Sra. Constância da Silva Anacleto (ASPAMI). Compondo o quórum estavam presentes os Conselheiros: Sra. Márcia Bertoldi Pereira (GOVERNO), a Sra. Natália Corrêa Casas (IPI), o Sr. Paul Benedict Millan Estanislau (CVI), além dos Conselheiros suplentes: Sra. Gleide Nara Amorim (SINDIFOZ), Sr. Ivo Olampio Vicente (ASPMI), Sra. Eugenia Maria da Silva Brito Francelino. Registrada a presença da Diretora Presidente do IPI, Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, do Diretor de Investimentos, Sr. Jean Polidoro, do 2º secretario do conselho fiscal Sr. Robson Decezaro Testoni, da Consultora Administrativo Previdenciário Sra. Fernanda da Silva Assaf e representando a Diretoria Administrativa e Financeira do IPI, Sra. Fernanda Christiane Cardoso. PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 255 DO CMP: A Presidente do CMP abriu a reunião com a discussão de aprovação da ata da reunião nº 255, referente à reunião ordinária do mês de abril/2021. A ata foi aprovada por todos os conselheiros. SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL: O atuário da empresa Actuary Sr. Vinícius Alexandre Bietkoski, apresentou por videoconferência o relatório da avaliação atuarial 2021 com data focal: 31/12/2020. O Sr. Vinícius explana que o plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Município de ITAJAÍ SC, possui como modalidade o benefício definido, onde os benefícios programados têm seu valor ou nível previamente definidos pelo plano de custeio determinado atuarialmente, de forma a garantir sua concessão e manutenção, por meio da contribuição dos servidores ativos, inativos, pensionistas e ente público, de acordo com as alíquotas determinadas na legislação municipal n.º 13/2001 onde também foi definida a segregação de massas de seus participantes, onde foi estabelecido o Plano Financeiro o qual contempla todos os servidores ativos que tenham sido admitidos até 16/12/2001, e os inativos e pensionistas oriundos desses servidores ativos até aquela data. E o Plano Previdenciário o qual é composto pelos servidores ativos que tenham sido admitidos após a data de 17/12/2001 e inativos e pensionistas oriundos desses ativos. De acordo com o relatório o resultado atuarial na data focal de 31/12/2020, apresentou um deficit atuarial no montante de R\$ 1.981.444.827,85, para o plano financeiro o qual deverá ser suportado pelo Ente, por meio de aportes financeiros para cobertura de futuras insuficiências financeiras que venham ocorrer até a extinção do plano, sendo praticadas as alíquotas de custo

normal de 20,00% para o Ente e 14,00% para os servidores, já o resultado atuarial para o plano previdenciário, apresentou um superavit atuarial no montante de R\$ 463.599.103,69, sendo praticadas as alíquotas de custo normal de 20,00% para o Ente e 14,00% para os servidores, conforme legislação municipal vigente. O parecer atuarial relata que conforme determina a Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018, em seu artigo 53°, § 2° O equacionamento do deficit atuarial poderá consistir: II - em segregação da massa; sendo assim o Plano Financeiro, não admite acumulo de reservas, por isso não há necessidade de implantação de contribuição suplementar para equacionamento do deficit técnico atuarial, pois quaisquer insuficiências que vierem a ocorrer deverão ser pagas pelo Ente Federativo, por meio de aportes para garantia do equilíbrio financeiro atuarial. Sendo assim, para a obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, faz-se necessário a manutenção das alíquotas de custeio normal bem como que a segregação de massas esteja implementada em lei, e o Ente Federativo tenha ciência de sua obrigatoriedade em garantir as insuficiências financeiras que poderá vir a ocorrer no plano financeiro. Após a apresentação discutiu-se com a participação do Sr. Vinícius o deficit do plano Financeiro. Como sugestão do conselheiro Sr. Paul e a Sra. Maria Elisabeth Bittencourt foi decidido enviar um oficio ao grupo gestor da prefeitura municipal que será produzido na próxima reunião, convidando o ente para a apresentação do cálculo atuarial e discussão sobre o deficit do plano financeiro com o objetivo de explanar a preocupação deste conselho com o deficit atuarial do plano financeiro. TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: APRESENTAÇÃO DOS **DIRETORES:** A Presidente do CMP passou a palavra aos Diretores do IPI, que um a um, passaram a explicar do funcionamento dos seus departamentos e sobre as ações que veem promovendo enquanto titulares do cargo. O Diretor de Investimentos do IPI, Jean Polidoro comunica que o IPI encerrou o primeiro quadrimestre com uma rentabilidade de 0,45% após no começo do ano apresentar queda. explica que quase toda a rentabilidade veio de investimentos no exterior, que esses 0,45% representam um montante 4 milhões sendo interessante ressaltar que a aprovação deste conselho para aumentar os investimentos no exterior, fez com que o quadrimestre fechasse em alta. A Diretoria Administrativa e Financeira expôs os seus atos administrativos e financeiros. A Diretoria Previdenciária trouxe a quantidade de atendimento aos segurados e o número de concessão de benefícios mensais. **OUARTO** ASSUNTO DO DIA: OFÍCIO ORIUNDO DO CONSELHO FISCAL: O conselheiro Fiscal Sr. Robson Decezaro Testoni, explica que o Presidente do Conselho Fiscal não pode comparecer à reunião, por esse motivo concordou-se que a discussão sobre o oficio recebido do conselho fiscal ficara suspensa, devendo entrar na pauta da próxima reunião. Nada mais havendo, foi encerrada a quarta reunião ordinária. Eu, Gleide Nara de Amorim, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 26 de maio de 2021.

Constância da Silva Anacleto Presidente Gleide Nara Amorim Secretário João Alberto da Silva Márcia Bertoldi Pereira

Vitor Paul Woyakewicz Paul Benedict Millan Estanislau

Natália Corrêa Casas Fernando Castellon Filho

Ivo Olampio Vicente Eugênia Maria da Silva Brito Francelino